

O BRASIL NA EUROPA

Carmen Fonseca

Não foi com a África, nem com a Rússia, a Índia ou a China. A primeira cimeira realizada sob a égide da presidência portuguesa do Conselho da União Europeia foi com o Brasil. A Alemanha abriu o caminho, e Portugal teve o privilégio de receber a primeira cimeira bilateral entre a União Europeia (UE) e o Brasil, o primeiro acto de política externa do mandato português.

O objectivo da cimeira foi a institucionalização de uma parceria estratégica com o Brasil, a qual tinha sido proposta pela Comissão Europeia no final de Maio de 2007. A UE estabelece parcerias estratégicas com todas as grandes potências relevantes: os Estados Unidos, o Japão, a Rússia, a China e a Índia. O presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso, reconheceu dessa forma a importância do Brasil «para integrar o clube restrito dos nossos parceiros estratégicos»¹ e defendeu que era inadiável a criação de uma relação privilegiada entre a UE e o Brasil (o principal mercado europeu da América do Sul e a décima economia mundial). Conforme referido na comunicação da Comissão Europeia ao Parlamento e ao

Conselho², prevê-se que a parceria estratégica com o Brasil tenha na base a coordenação de políticas em domínios tão vastos como o multilateralismo, os direitos humanos e a democracia, o desenvolvimento regional e social, o ambiente e a energia, o Mercosul e as relações comerciais, a justiça, a segurança e a sociedade. A primeira visita oficial realizada ao Brasil pelo presidente da Comissão Europeia teve lugar em Maio de 2006. No comunicado final da visita podemos desde logo ver destacada a necessidade e a importância de um aprofundamento das relações bilaterais, nos domínios referidos. Neste sentido, podemos entender aquela visita de Durão Barroso como o primeiro passo para a aposta numa relação privilegiada com o Brasil.

BRASIL, MERCOSUL E UNIÃO EUROPEIA

A aproximação do Brasil à Comunidade Europeia teve início na década de 1960 com o estabelecimento das relações diplomáticas entre as duas regiões, através da assinatura do Acordo-Quadro de Cooperação, em 1962. Desde a criação do Mercosul, o Brasil tem-se feito ouvir na UE

através daquela instituição regional, com vista à celebração de um acordo de associação entre as duas partes. Contudo, devido à dificuldade de encontrar consensos, as negociações têm caminhado a um ritmo lento, não obstante o empenho demonstrado pelos dois lados.

Neste contexto, quer a comunicação da Comissão Europeia ao Parlamento e ao Conselho, quer a Declaração Comum da Cimeira realçam a necessidade de concluir o acordo, ao mesmo tempo que, num artigo publicado por Lula da Silva e José Sócrates³, os dois líderes consideram essa a prioridade imediata a nível inter-regional. No entanto, a parceria estratégica UE-Brasil não tem como objectivo substituir aquelas negociações institucionais, mas reconhece a posição do Brasil como o principal representante do Mercosul, tal como ficou registado na Declaração Comum da Cimeira UE-Brasil.

Deste modo, o Presidente Lula da Silva fez questão de realçar que a parceria estratégica envolve uma dimensão política, sendo que as negociações comerciais prosseguem ao nível da Organização Mundial do Comércio e no âmbito do Mercosul. No entanto, será também do interesse brasileiro que a Ronda de Doha para o Desenvolvimento fique concluída o mais rapidamente possível, e se encontrem posições convergentes entre o Brasil e a UE⁴, de modo a que as negociações UE-Mercosul possam, se ainda for possível, tomar novo fôlego.

Na verdade, o Mercosul não se estabeleceu como um mecanismo capaz de criar uma aproximação consistente entre a América do Sul e a Europa Ocidental. Ali estão

em jogo, além dos interesses económicos, os interesses comerciais e agrícolas, e sobre essa matéria a França, e outros parceiros europeus, tem imposto exigências difíceis de contornar, ao mesmo tempo que o Mercosul, em particular o Brasil, se mostra intransigente. Embora, nos últimos anos, o Brasil tenha estado representado na UE através do Mercosul, a cimeira de Julho veio demonstrar que nem sempre a igualdade institucional facilita o diálogo e o encontro de consensos.

O BRASIL E PORTUGAL

Com base nesta perspectiva, a presidência portuguesa soube aproveitar a oportunidade de aproximar o Brasil à Europa, valorizando as relações luso-brasileiras. Ao contrário do que aconteceu com a maioria dos governos anteriores, o Brasil não consta no programa do actual Governo português. Contrariando a tendência dos seus antecessores socialistas – dos primeiros-ministros Mário Soares, em 1976, e António Guterres, em 1996 – a primeira visita oficial de José Sócrates não foi ao Brasil, preferindo trocar o irmão brasileiro pelo vizinho espanhol. A Cimeira de Lisboa entre a UE e o Brasil permitiu também colmatar uma eventual falha, e transmitir a ideia de que a relação luso-brasileira, com uma matriz histórica e cultural de relevo, continua de boa saúde. Portugal, talvez contra as expectativas de uma parte das elites brasileiras, conseguiu ter um papel importante dentro da UE, essencialmente vantajoso para o Brasil. Desta forma, é tendencioso avaliar a cimeira de Julho sem levarmos simultaneamente em conta a relação luso-brasi-

leira e a evolução dos contactos UE-Brasil. Na verdade, a histórica relação de Portugal com o Brasil tem sofrido avanços e retrocessos ao longo dos anos, ora marcada pelo empenho brasileiro, ora marcada pelo empenho português. Com a adesão de Portugal às Comunidades Europeias, os líderes portugueses, muitas vezes sem o admitirem, acreditavam que o Brasil iria estar dependente de Portugal para se aproximar da Europa. Contudo, em certa medida, a realidade veio desmentir estas expectativas.

Durante os últimos vinte anos o Brasil privilegiou as relações com as principais potências europeias, como a Alemanha, e aproximou-se da Espanha no sentido de estabelecer uma relação bilateral com a UE. Mas a realização da primeira Cimeira UE-Brasil, que contou com o empenho da diplomacia portuguesa, parece ter servido precisamente para demonstrar a credibilidade política de Portugal na relação dos brasileiros com a UE. Mas se, por um lado, Portugal apostou no simbolismo da realização desta cimeira, a UE poderá ter ainda muito a ganhar se apostar na rentabilização da parceria estratégica.

Numa tentativa de balanço da presidência alemã, o instituto alemão Stiftung Wissenschaft und Politik apresentou uma publicação, no final de 2007 (incluindo por isso alguns resultados da presidência portuguesa) em que está subjacente uma crítica a Lisboa pelo facto de privilegiar a relação bilateral com o Brasil, e não tentar reanimar as negociações com o Mercosul, tal como a presidência alemã pretendia. A isto os autores acrescentam

que «a orientação para o Brasil é provavelmente um gesto de cortesia para Portugal e para o Presidente português da Comissão, para quem as relações com o novo parceiro estratégico são de longe a mais alta prioridade»⁵. Desta forma, avaliam a parceria estratégica criada com o Brasil, não como algo que possa ser vantajoso para a UE, mas como a concretização dos interesses portugueses, assentes na relação histórica. Ainda que possamos entender alguma validade no argumento, não podemos ver o Brasil apenas como um membro do Mercosul que se apresenta intransigente em matéria de comércio e de agricultura nas negociações para o Acordo de Cooperação inter-regional. E muito menos podemos reduzir esta parceria estratégica à satisfação exclusiva dos interesses portugueses, ainda que possa ser um factor relevante no reforço das relações luso-brasileiras.

Em jeito de balanço, podemos acrescentar que, para o Brasil, a realização regular desta cimeira, ao mais alto nível, é um passo importante, que poderá permitir a consolidação da sua presença a nível regional, ao mesmo tempo que contribui para a sua afirmação a nível global. A relação privilegiada com a UE garante um diálogo mais próximo e a cooperação em diversos sectores podendo ajudar, eventualmente, a minimizar alguns dos mais graves problemas internos do Brasil relacionados com a pobreza, a educação, as desigualdades de rendimentos ou outras questões sociais. Conforme já foi referido, no âmbito regional, estas cimeiras poderão agilizar as negociações com o Mercosul, tendo em conta o peso do Brasil naquela

instituição. Mas é precisamente o peso do Brasil que tem travado a conclusão daquele acordo.

À parte de tudo isto, o Brasil é uma potência emergente e o maior país da América do Sul. A sua economia representa 80 por cento do PIB do Mercosul e é o maior mercado comercial da UE na região. Embora a sua taxa de crescimento anual não seja notável, possui uma riqueza natural invejável e um programa de biocombustíveis promissor, apostando fortemente no desenvolvimento das energias renováveis.

Neste quadro, a parceria estratégica da UE com o Brasil e a institucionalização da relação bilateral, se for aprofundada e consolidada⁶, é um passo relevante na projecção externa da UE e na evolução da sua política internacional.

Tal como sucedera em 2000, com a realização da primeira cimeira entre a UE e a Índia, a presidência portuguesa voltou a exibir capacidade de iniciativa política que contribui para a consolidação da UE como um actor internacional relevante.

RJ

NOTAS

¹ COMISSÃO EUROPEIA – «UE-Brasil: a Comissão propõe Parceria Estratégica», 30/05/2007. [Consultado em: 18 de Junho de 2007]. Disponível em: <http://europa.eu/rapid/pressReleasesAction.do?reference=IP/07/725&format=HTML&aged=0&language=PT&guiLanguage=en>

² COMISSÃO EUROPEIA – «Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho. Para uma Parceria Estratégica UE-Brasil», 30 de Maio de 2007. [Consultado em: 18 de Junho de 2007]. Disponível em: http://ec.europa.eu/external_relations/brazil/docs/com07_281_pt.pdf

³ SÓCRATES, José, e SILVA, Lula da – «Por uma nova agenda solidária», 4 de Julho de 2007. Consultado em: 14 de Janeiro de 2008. Disponível em: http://www.eu2007.pt/UE/vPT/Noticias_Documentos/20070704DNGL.htm

⁴ As negociações incluem o Brasil, a Índia, a UE e os Estados Unidos que tentam encontrar um consenso e apresentá-lo aos restantes membros da OMC. A principal divergência reside na proposta da UE e dos Estados Unidos para o corte dos apoios financeiros aos agricultores, à qual o Brasil e a Índia se opõem – afinal, a agricultura é uma das maiores fontes de rendimento destes países.

⁵ KIETZ, Daniela, e PERTHES, Volker (ed.) – «The potential of the Council Presidency. An analysis of Germany's chairmanship of the EU». In *Stiftung Wissenschaft und Politik (SWP)*. [Consultado em: 14 de Janeiro de 2008]. Disponível em: http://www.swp-berlin.org/en/common/get_document.php?asset_id=4656

⁶ Na conferência de imprensa após a cimeira, José Sócrates anunciou que a II Cimeira UE-Brasil teria lugar em 2008, durante a presidência francesa.